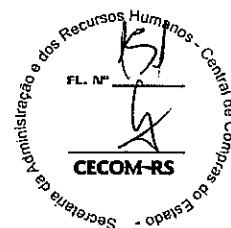




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**00466** /CECOM/2011

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da **Central de Compras do Estado - CECOM**, criada pelo Decreto nº 46.682, de 14 de outubro de 2009, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 001, de 21 de março de 2011 e Portaria nº 004, de 04 de abril de 2011, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET nas condições previstas neste Edital e seus anexos, regendo-se pela Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999, Decreto Estadual nº 42.250, Decreto Estadual nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003, alterado pelo decreto Estadual nº 45.744, de 08 de julho de 2008, Decreto Estadual nº 45.273, de 04 de outubro de 2007, Decreto Estadual nº 44.365, de 23 de março de 2006, e legislações posteriores e subsidiariamente pelas Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL POR LOTE

DATA: 09/01/2012

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 09/01/12

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:05 horas do dia 09/01/12

LOCAL: [www.compras.rs.gov.br](http://www.compras.rs.gov.br) ou através do "link" no site da CECOM/RS [www.cecom.rs.gov.br](http://www.cecom.rs.gov.br).

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

Ouvidoria: (0xx51) 3288-1176

e-mail: [ouvidoriacecom@sarh.rs.gov.br](mailto:ouvidoriacecom@sarh.rs.gov.br)

Fax (0xx51) 3288-1174/1179

REFERENCIAL DE TEMPO: Horário de Brasília (DF)

## 1 – DO OBJETO

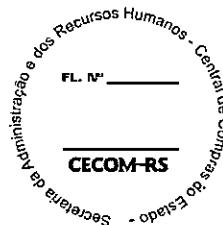
1.1 Serviços terceirizados de Mão de Obra de Motoristas, habilitados com Carteira Nacional de Habilitação de categoria "D", para atender um total de cento e cinquenta (150) Postos de Trabalho a serem prestados nas Unidades da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, **conforme Anexo V - Memorial Descritivo.**

## 2 – DO EDITAL E DO MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 O Edital e Memorial Descritivo poderão ser solicitados no protocolo da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, na Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar, nas dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, em Porto Alegre/RS, CEP 90119-900, horário comercial, de segunda a sexta-feira em dias úteis ou no site [www.cecom.rs.gov.br](http://www.cecom.rs.gov.br).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderá participar desta licitação, qualquer pessoa jurídica cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Não poderá participar desta licitação, empresa enquadrada em qualquer das seguintes hipóteses:

a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

b) que não atenda as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório ou não apresente documentos nele exigidos;

c) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação;

d) que se encontre sob falência, dissolução ou liquidação;

e) que se encontre inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;

f) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na esfera Federal ou Municipal;

3.3. **É vedada** a participação de cooperativas, conforme o disposto no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região e o Estado do Rio Grande do Sul, Anexo VII - TAC.

3.4. **É vedada** a participação sob forma de consórcio;

3.5. **É vedada** a subcontratação;

3.6. **É permitida** a participação de empresas estrangeiras desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

**4 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

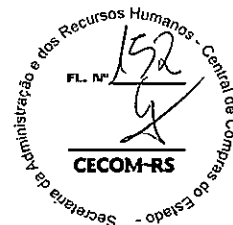
4.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este item, devidamente comprovado conforme estabelece este instrumento, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal de nº 123/2006.

4.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



21

proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior a proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.

4.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor lance.

4.6. No caso de não adjudicação ou de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.

4.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, sob pena de desclassificação.

4.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da declaração de vencedor da licitação, para apresentar à CECOM/RS as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.9. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% sobre o valor total do contrato, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

### **5- DAS IMPUGNAÇÕES**

5.1. Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, o licitante que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

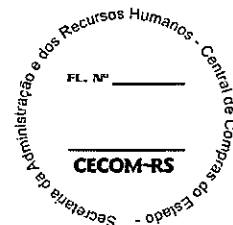
5.2. A impugnação ao Edital deverá ser feita por escrito e entregue no Protocolo da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, na Av. Borges de Medeiros nº 1501- Térreo, nas dependências do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, em Porto Alegre/RS, CEP 90119-900, horário comercial, de segunda a sexta-feira em dias úteis.

5.3. O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá a aprovação da Diretora do Departamento de Editais e Padronização da CECOM/RS. A impugnação deverá ser respondida no prazo máximo de até 24 horas antes da abertura do pregão.

5.4. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, nos termos dos § 2º e § 3º, do art. 41 da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



5.5. Acolhida a impugnação da licitante contra o instrumento convocatório, será definida e **publicada** nova data para realização do certame.

**6 - DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

6.1 Quaisquer informações complementares e esclarecimentos relativos ao edital ou ao processo licitatório, deverão ser dirigidos à ouvidoria até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: [ouvidoriacecom@sarh.rs.gov.br](mailto:ouvidoriacecom@sarh.rs.gov.br).

**7 – DO CREDENCIAMENTO**

7.1. A empresa interessada em participar como licitante deverá protocolar a documentação acompanhada do pedido de credenciamento junto a Seção de Cadastro da CECOM/RS, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data aprazada para a abertura da sessão pública.

7.2. O credenciamento do licitante será efetuado através do preenchimento de formulário eletrônico disponível no site [www.cecom.rs.gov.br](http://www.cecom.rs.gov.br).

7.3.. Para a liberação da senha eletrônica, o licitante que não possuir registro cadastral, deverá apresentar os documentos arrolados no Anexo I, item nº 1.1.

7.4. Para a liberação da senha eletrônica ou renovação do credenciamento, a empresa licitante já cadastrada, deverá apresentar os documentos elencados no Anexo I, item nº 1.2.

7.5. O credenciamento da licitante implica a responsabilidade legal dos atos inerentes à licitação e, na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.6. O uso da senha de acesso, pela licitante, é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS ou à CECOM/RS, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da mesma, ainda que por terceiros.

7.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente a Seção de Cadastro da CECOM, para imediato bloqueio de acesso. A solicitação de nova senha se dará através do provedor do sistema.

**8 – DO CANCELAMENTO DA SENHA OU TROCA DE USUÁRIO**

8.1. Para cancelar a senha ou encaminhar troca de usuário, o licitante deverá solicitar na Divisão de Cadastro da CECOM/RS até 2(dois) dias úteis anterior a data da sessão do pregão.

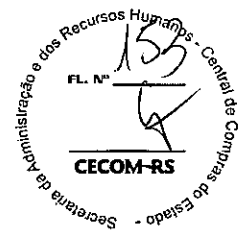
**9 – DA PROPOSTA**

9.1. Os interessados, a partir das 10 horas do dia da publicação do Aviso da Licitação no Diário Oficial do Estado, deverão anexar em arquivo no sistema eletrônico, a sua proposta inicial de preços contendo os seguintes itens:

a) Descrição detalhada do objeto da licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



b) Indicação do valor em moeda corrente nacional, com valores totais por lote. Caso haja diferença entre os valores expressos em algarismo e por extenso, considerar-se-á o último;

c) Indicação do(s) Sindicato(s) de Empregados correspondentes à(s) categoria(s) profissional (is) envolvida(s) na licitação e número de funcionários para cada categoria funcional;

d) Prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60(sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação. Na falta de indicação expressa em contrário, esse será o prazo considerado;

9.2 O licitante que obtiver o menor valor apresentará sua proposta final contendo os seguintes itens:

a) - Montante "A": composto de salários e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, exceto as parcelas relativas aos vales-refeição e vales-transporte, com indicação dos preços unitários por pessoa e global;

b) - Montante "B": composto dos demais custos, tais como lucro, uniformes, equipamentos de proteção individual, tributos e taxa de administração e custos de instalação e mobilização, e todos outros não referidos nos Montantes "A" e "C";

c) - Montante "C": valor facial do vale-refeição, e o custo do vale-transporte, quando for o caso e/ou se a legislação determinar, do pessoal envolvido na prestação do serviço;

9.3 A proposta final da licitante vencedora, devidamente assinada e atualizada, (juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços, Anexo III), preenchida pela proponente, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, indicando os tributos e suas respectivas alíquotas, comerciais, sociais e trabalhistas, considerando inclusive repousos remunerados, feriados e pontos facultativos, e outros pertinentes ao objeto licitado, contendo ainda o valor total mensal e global, deverá ser encaminhada **eletronicamente** juntamente com os documentos de habilitação, conforme descrito nos os itens 9.1 e 9.2;

9.4. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.5. Apenas os licitantes que, previamente manifestarem eletronicamente, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no edital, e enviarem as propostas de preços poderão participar das fases subseqüentes deste certame.

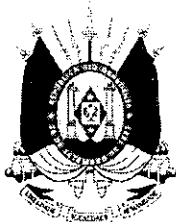
9.6. O não atendimento do item acima ensejará a desclassificação da proposta no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.

9.7. Após a abertura da sessão não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

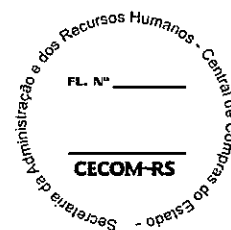
9.8. O descumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 28 da Lei nº 13.191 / 2009.

9.9. Cabe ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico:

a) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



b) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

c) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

9.10. Não cabe ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.11. A proposta de preços prevista no edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico, devendo apresentar o valor mensal para a prestação dos serviços sem considerar o Montante “C”, tendo em vista seu caráter indenizatório.

### 10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, o autor da melhor proposta deverá apresentar os documentos elencados no Anexo I, item nº 2 – Documentos para Habilitação.

10.2. O Certificado de Fornecedor do Estado - CFE e respectivo Anexo, emitido na família 037 correspondente ao objeto licitado, **substitui os documentos de habilitação, arrolados no Anexo I, item nº 2**, exceto as letras “h, h.1, h.2, h3, h4, i, j e k”;

10.3. Os documentos de habilitação ou o CFE, e a proposta final, deverão ser enviados eletronicamente, após a solicitação do pregoeiro, no prazo estabelecido nos subitens 10.3.1. e 10.3.2., **Os documentos devem provar a habilitação do licitante no dia da abertura da sessão pública.**

10.3.1. Para Pregões cuja sessão inicia-se às 9h, até as 17(dezessete) horas do mesmo dia, detalhamento da sua proposta de preços devidamente atualizada (Anexo III – Planilha de custos e formação de preços) e demais documentos exigidos no instrumento convocatório, conforme item Da Habilitação, bem como cópia do Acordo ou Convenção Trabalhista, utilizado para a definição do piso salarial da categoria no município da prestação do serviço, celebrado entre as entidades sindicais patronais e dos profissionais.

10.3.2. Para Pregões cuja sessão inicia-se às 14h, até as 12(doze) horas do primeiro dia útil seguinte, detalhamento da sua proposta de preços devidamente atualizada (Anexo III – Planilha de custos e formação de preços) e demais documentos exigidos no instrumento convocatório, conforme item Da Habilitação, bem como cópia do Acordo ou Convenção Trabalhista, utilizado para a definição do piso salarial da categoria no município da prestação do serviço, celebrado entre as entidades sindicais patronais e dos profissionais.

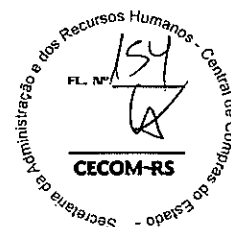
10.4. Os documentos originais ou cópias autenticadas dos documentos enviados eletronicamente deverão ser entregues no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados da data de encerramento da sessão pública.

### 11– DA SESSÃO DO PREGÃO

11.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valores expressos na moeda oficial do Brasil, exclusivamente por meio eletrônico.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



93

11.2. A partir do horário previsto neste edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas neste edital.

11.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.5. As informações das propostas classificadas, contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

11.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

11.7. Classificadas as propostas, dar-se-á início a etapa competitiva, onde será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.8. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação.

11.9. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.10. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

11.12. A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá um período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

11.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.14. O Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação direta e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.15. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances. O Pregoeiro retomará sua atuação, quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

11.16. Quando a desconexão persistir por mais de 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, via endereço eletrônico utilizado para divulgação.

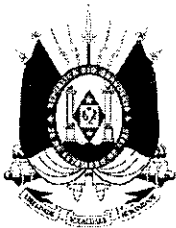
11.17. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no

CECOM/RS - Central de Compras do Estado do Rio Grande do Sul - Av. Borges de Medeiros nº 1501-2º andar -  
Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre, CEP 90119-900 - RS - Brasil - Fone (51) 3288-1160 - FAX (051)  
3288-1162.  
CRISTIANO

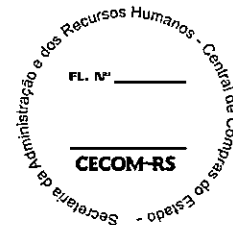
7

APROVADO O TEOR JURÍDICO  
ASJUR/SARH

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

**12 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

12.1 As propostas das licitantes, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital, serão julgadas pelo **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL DO LOTE** e classificadas pela ordem crescente dos preços propostos.

**13 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

13.1. Serão considerados excessivos, acarretando a desclassificação da proposta:

13.1.1 Para o Montante "A": preço por pessoa superior a 2 (duas) vezes a remuneração, incluindo o salário básico estabelecido em dissídio ou acordo coletivo para a categoria profissional do objeto da licitação e os adicionais legais devidos em função da atividade, local/e ou horário de trabalho;

13.1.2 Para o Montante "B": Preço superior a 35% do total do Montante "A", no caso dos serviços em que sejam necessários materiais e/ou equipamentos a serem fornecidos pela licitante; e

13.1.3 Preço superior a 25% do total do Montante "A", para os demais casos;

13.1.4 O Montante "B" deverá ser discriminado com, no mínimo, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, o Programa de Integração Social – PIS e o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.

13.1.5 Para o Montante "C":

C.1) - valor facial do vale-refeição superior ao que é pago ao funcionalismo estadual, salvo se o valor for estipulado por lei ou dissídio ou acordo coletivo;

C.2) - Valor do vale-transporte superior ao pago pela passagem do meio de transporte coletivo utilizado.

13.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante.

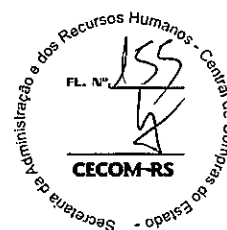
13.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou recusar-se a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nesta etapa, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

13.4. As concorrentes remanescentes convocadas ficam obrigadas a atender a convocação e a assinar o contrato respectivo, no prazo fixado pela Central de Compras do Estado do Rio Grande do Sul - CECOM/RS, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação;

13.5. Será declarado vencedor, o licitante que atender as exigências deste Instrumento e que for detentor do lance de melhor preço, ofertado eletronicamente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



94

**14- DOS RECURSOS**

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em formulário eletrônico específico, com registro em ata da síntese das suas razões.

14.2. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para o licitante interessado apresentar suas razões fundamentadas, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. A falta de manifestação motivada e imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.4. A petição de recurso dirigida à autoridade competente deverá ser fundamentada e encaminhada eletronicamente.

14.5. O recurso somente será conhecido pela autoridade competente, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública e será submetido ao julgamento da autoridade competente da CECOM/RS.

14.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15- DA ADJUDICAÇÃO**

15.1. O objeto será adjudicado pelo pregoeiro, quando não houver recurso.

15.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, após consulta e verificação de inexistência de inscrição no CFIL/RS, adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

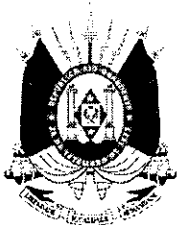
15.3. A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação para assinatura do termo de contrato ou retirar a autorização de fornecimento junto ao ÓRGÃO CONTRATANTE.

**16- DAS PENALIDADES**

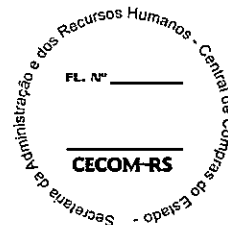
16.1. No caso de infringência aos regramentos deste certame, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pelo licitante, ser-lhe-ão aplicadas penalidades em relação à sua participação em licitações, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como no Decreto Estadual nº 42.250 de 19 de maio de 2003, e art. 28 da Lei 13.191/99, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

16.1.1. Advertência por escrito;

16.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o(s) valor(es) da proposta, nos casos do(s) licitante(s) vencedor(es) que chamado(s) para assinar o contrato, não comparecer(em), podendo a CECOM/RS convocar o(s) licitante(s) remanescente(s), respeitada a ordem de classificação, e promover contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir o Estado dos prejuízos causados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



16.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 ( cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não manter a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

16.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar com a Administração Pública Estadual, nos casos de não reabilitação da situação de suspensão, além do integral ressarcimento à administração estadual pelos prejuízos causados e o cumprimento de pena ou sua absolvição, se for o caso, de acordo com o descrito no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do inciso II do § 2º do art. 8º do Decreto nº 42.250/03.

16.2. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no CFIL/RS.

16.3. O saneamento integral, pelo fornecedor, da inadimplência ou a sua reabilitação das demais irregularidades que deram origem a sua inclusão no CFIL/RS, determinará a sua imediata exclusão do Cadastro pelo Ordenador de Despesa competente e o restabelecimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, observado o prazo de cumprimento de suspensão imposto anteriormente.

16.4. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha a causar ao Estado.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

17.4. Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos.

17.5. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro:

17.6 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior:

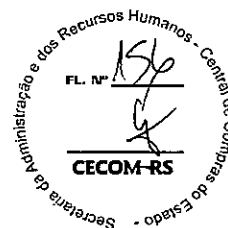
a) Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

b) Convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

c) Determinar prazo para atendimento, pelos licitantes, de esclarecimentos adicionais, que deverão ser atendidos, sob pena de desclassificação/inabilitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



25

17.7. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei Estadual nº 13.191/2009 e Federal nº 8.666/1993.

**17.8. São partes integrantes deste Edital:**

Anexo I – Documentos para o Registro Cadastral

Anexo II- Termo de Contrato

Anexo III- Planilha formação de preços

Anexo IV- Declaração de que Não Emprega Menor

Anexo V - Memorial Descritivo,

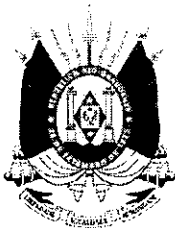
Anexo VI - Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante - AFC

Anexo VII – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

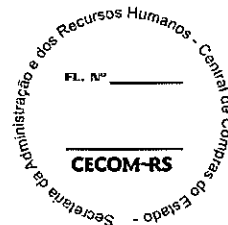
19.9 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, para dirimir questões relativas ao presente Edital, com exclusão de qualquer outro.

Porto Alegre, 03 de novembro de 2011.

Pregoeiro (a)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO I**

**1 – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**1.1. Empresas sem registro cadastral na CECOM:**

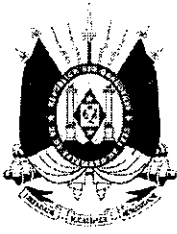
- a) cópia da Cédula de Identidade dos responsáveis legais;
- b) cópia do CNPJ da empresa;
- c) registro na Junta Comercial da Firma (Empresário Individual); Estatuto Social e Última Ata de Eleição dos Administradores, devidamente publicada (Sociedade Anônima); Contrato Social e alterações registradas na Junta Comercial (Sociedade Empresária Limitada);
- d) alvará de localização e funcionamento em vigor na data de sua apresentação expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal da matriz da Pessoa Jurídica ou das filiais que pretendam promover o faturamento e a entrega dos materiais;
- e) procuração comprovando poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso o responsável não esteja contemplado no Contrato Social ou Estatuto Social;
- f) cópia do enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP autenticada pela Junta Comercial, se for o caso;
- g) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- h) Termo de liberação de senha eletrônica;
- i) endereço eletrônico na INTERNET, para contato com o pregoeiro.

**1.2. Empresas com registro cadastral na CECOM:**

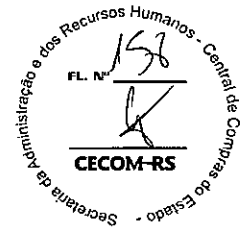
- a) cópia do CPF e Carteira de Identidade autenticados, do representante da Empresa e do usuário responsável;
- b) procuração comprovando os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso o responsável não esteja contemplado no Contrato Social ou Estatuto Social;
- c) cópia do enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP autenticada pela Junta Comercial, se for o caso;
- d) Termo de liberação de senha eletrônica.

**2 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

- a) prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas em conjunto pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, bem como com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal, independente da localização da sede ou filial do licitante;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal na sede da licitante;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



96

Recurso: 0006  
Rubrica: 3704  
Empenho nº  
Data do Empenho:

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

5.1 A repactuação deste contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação.

5.2 A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.

5.3 Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.4 Os valores para repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados no Sistema de Serviços Terceirizados – SIST, de acordo com o Decreto nº. 44.365, de 23 de março de 2006.

5.5 Os preços dos contratos serão reajustados da seguinte forma:

a) Montante “A”: na forma estabelecida na legislação salarial e no acordo, convenção ou dissídio da categoria, bem como mediante repactuação; e

b) Montante “B”: mediante repactuação desde a data da proposta ou da última repactuação até o mês da prestação dos serviços, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.

5.6 Os custos de instalação e mobilização, no caso de prorrogação contratual, quando couber, deverão ser expurgados para fins de repactuação.

5.7 A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitado o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

5.8 É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

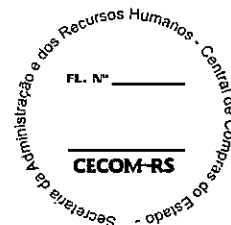
6.1 A contratante reserva-se o direito de suspender o pagamento se o(s) serviço(s) estiver em desacordo com o previsto neste contrato, sem prejuízo das demais sanções.

6.2 O pagamento do presente contrato será efetuado até o **5º dia útil** do mês seguinte ao da prestação dos serviços mediante a apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura, que deverá ser protocolizada até o dia **25 (vinte e cinco)** do mês da prestação dos serviços.

6.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



6.3.1 Para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários da CONTRATADA, será considerado o período de **23 do mês anterior a 22 do mês** a que se refere à prestação dos serviços.

6.3.2 A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da CONTRATADA;

6.3.3 O pagamento será efetuado por serviço, efetivamente prestado e aceito.

6.4 É condição para o pagamento da nota fiscal/fatura, o fornecimento dos originais ou cópias autenticadas dos documentos relacionados abaixo, conforme art. 4º e art. 5 do Decreto nº 43.183, de 22 de junho de 2004, os quais deverão ficar arquivados junto a Contratante:

**I - mensalmente:**

6.4.1 recibos de pagamentos de salários, inclusive adicionais extraordinário, noturno, horas extras, de insalubridade, periculosidade, conforme o caso;

6.4.2 registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto);

6.4.3 guias de recolhimento de FGTS e Relação de Empregados;

6.4.4 recibos de fornecimento de vale-transporte;

6.4.5 guia de recolhimento dos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, referente ao contrato, devendo constar na mesma o CNPJ do contratante e o número, data e valor total das notas fiscais ou notas fiscais faturas às quais se vinculam;

6.4.6 formulário GPS devidamente identificado com carimbo CNPJ do Contratado e preenchido com o valor de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, a título de retenção para a seguridade social, conforme prevê o art. 31 da Lei 8.212/91, alterado pela Lei 9.711/98, cujo recolhimento da importância junto ao INSS será efetuado pela Contratante, salvo determinação legal em contrário;

**II- trimestralmente:**

6.4.7 Certidão Negativa que prove a regularidade com o FGTS;

**III - semestralmente:**

6.4.8 Certidão Negativa de Débito - CND - emitida pelo INSS;

6.4.9 Certidões Negativas de Débito Salarial, expedidas pela Superintendência Regional do Trabalho - SRTE;

**IV - anualmente e quando ocorrer o evento:**

6.4.10 avisos e recibos de férias;

6.4.11 recibos de 13º salário;

6.4.12 Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;

6.4.13 sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;

6.4.14 ficha de registro de empregado;

6.4.15 contrato de trabalho;

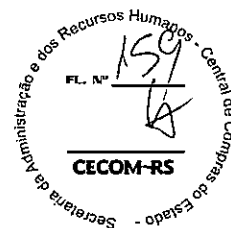
6.4.16 aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;

6.4.17 autorização para descontos salariais.

6.5 Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



6.6 O pagamento da primeira parcela ficará condicionado à apresentação da certidão Negativa de Débito Salarial, emitida pelo Ministério do Trabalho. A não apresentação implicará na rescisão contratual.

6.7 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento da redação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6.8 Fornecer mensalmente, juntamente com a nota fiscal de serviços, os comprovantes de pagamento dos salários e de recolhimento das contribuições sociais (FGTS e INSS) pertinentes aos seus empregados alocados aos serviços objeto deste contrato, bem como os demais documentos nesta Cláusula, como condição à percepção mensal do valor faturado.

**CLÁUSULA SETIMA - DA INDENIZAÇÃO**

7.1 Os valores do vale-refeição e vale-transporte, constantes do montante "C" serão indenizados pelo efetivamente dispendido pela Contratada, ou seja, a diferença entre o valor facial do vale-refeição e/ou preço da passagem e o que for descontado do empregado, multiplicado pelo nº de beneficiários, conforme demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte, que deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal e/ou nota fiscal fatura.

7.1.1 A administração Pública Estadual poderá solicitar, a qualquer momento, a comprovação dos valores lançados no demonstrativo.

7.1.2 O valor do vale-refeição estará limitado ao que é pago aos servidores públicos e sofrerá alteração pelos mesmos índices e periodicidade do funcionalismo público estadual ou de acordo com o estipulado em dissídio coletivo da categoria.

7.1.3 O vale-transporte estará limitado ao custo da passagem.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

8.1 Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M.

**CLÁUSULA NONA - DOS DESCONTOS**

9.1 A inexecução dos serviços do presente contrato decorrentes do não suprimento de faltas, atrasos ou antecipações nas saídas dos empregados da Contratada será descontado do preço estipulado, da seguinte maneira:

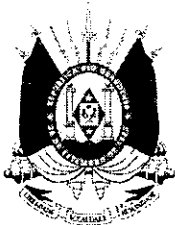
Montantes "A" + "B"

Desconto = -----x horas a descontar

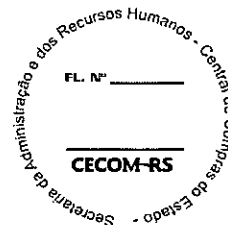
Dias úteis/mês x horas dia útil

9.2 Considera-se dia útil para fins desta cláusula os dias em que há previsão de prestação de serviço.

9.3 Os valores referentes ao vale-refeição e vale-transporte - Montante "C", que forem descontados dos empregados deverão ser compensados no demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**

10.1 As antecipações de pagamento em relação à data de vencimento, respeitada a ordem cronológica para cada fonte de recurso, terão um desconto equivalente à de 0,033% por dia de antecipação sobre o valor do pagamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS**

11.1 Os serviços terão início no prazo de até **05 (cinco) dias** a contar do recebimento da autorização de serviço e serão executadas de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

11.2 A autorização de serviço somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

11.3 O prazo de duração desta contratação será de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação da súmula do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57 inciso II da Lei federal 8.666/93 e legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A CONTRATADA deverá prestar garantia por uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado.

12.2 Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida deverá sofrer atualização monetária pelo IGPM, a contar da data do depósito até a da devolução.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

13.1 Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e, ainda, observada a legislação em vigor, serão recebidos pela contratante mediante atestado do responsável.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**

**14.1 Dos Direitos**

14.1.1 Da CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

14.1.2. Da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

**14.2 Das Obrigações**

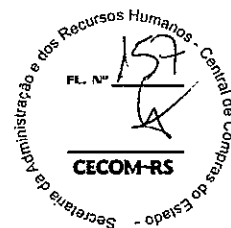
14.2.1. Da CONTRATANTE:

14.2.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;

14.2.1.2 fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art.67, da Lei Federal 8.666/93;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



e) regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante apresentação da Certidão de Débito relativa às Contribuições Previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

f) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, acompanhado do Anexo VI – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante - ACF, preenchido nos termos do Decreto estadual nº 36.601, de 10-04-1996, ou Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitantes emitida pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no site [www.sefaz.rs.gov.br](http://www.sefaz.rs.gov.br), exceto para as ME e EPP;

g) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

h) Prova de qualificação técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão para prestação dos serviços pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por intermédio de atestado(s), expedido (s) por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado;

h.1) Registro no Conselho Regional de Administração do Estado de origem, domicílio ou sede do licitante. O visto do Conselho Regional de Administração - CRA/RS, para empresas não domiciliadas no Estado, será exigido pela ocasião da assinatura do contrato;

h.2) Prova de a empresa possuir no quadro funcional permanente, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, atestado emitido pela Entidade competente, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

h.3) A prova de a empresa possuir no quadro funcional permanente, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

h.4) A prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica, será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração - CRA/RS;

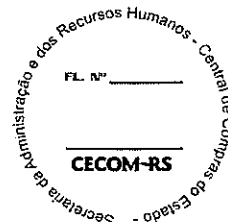
i) Declaração pela licitante de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em atendimento ao Decreto Federal 4358/2002, conforme Anexo IV;

j) Declaração da empresa licitante de que visitou o local designado, com pleno conhecimento da área, para a realização dos serviços, objeto do presente certame.

k) Declaração da licitante de que disporá para a execução do contrato de instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO II**

**TERMO DE CONTRATO**

**Contrato celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do (a)... (órgão), ... (ou entidade), sito no (a)... (endereço), representado neste ato pelo... (nome do representante), doravante denominado CONTRATANTE, e... (pessoa jurídica), sito no (a)... (endereço), inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº.... (nº do CNPJ), representada neste ato por... (representante do contratado), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº.... (nº do CPF), doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.**

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 11.389, de 25 de novembro de 1999, Decreto Estadual nº 42.250, Decreto Estadual nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002, pelo Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003, alterado pelo decreto Estadual nº 45.744, de 08 de julho de 2008, Decreto Estadual nº 45.273, de 04 de outubro de 2007, Decreto Estadual nº 43.183, de 22 de junho de 2004, Decreto Estadual nº 44.365, de 23 de março de 2006 e legislações posteriores e subsidiariamente pelas Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 8.666, 21 de junho de 1993, e suas alterações as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Serviços terceirizados de Mão de Obra de Motoristas, habilitados com Carteira Nacional de Habilitação de categoria “D”, para atender um total de cento e cinquenta (150) Postos de Trabalho a serem prestados nas Unidades da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, **conforme Anexo V - Memorial Descritivo.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela CONTRATADA, de acordo com o constante no **Anexo V – Memorial Descritivo.**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1 O preço para o presente ajuste é de **R\$... (...)**, mensal, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

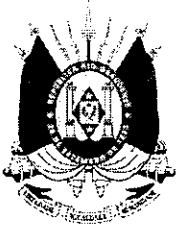
**CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO**

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

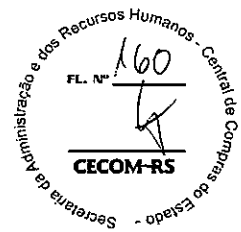
Unidade Orçamentária: 20.01

Atividade/Projeto: 6193

Elemento: 3.3.90.37



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



14.2.1.3 Designar formalmente um servidor do quadro permanente, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONTRATADA para com os empregados envolvidos na prestação dos serviços.

14.2.1.4 Instituir e manter um cadastro de todos os empregados que prestarem serviço nas suas dependências, bem como entrevistar os empregados nos termos do artigo 3º § 1º e 2º, e do § 1º e 2º do art. 5º, do decreto estadual nº 43.183, de junho de 2004, e

14.2.1.5. Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

14.2.2 Da CONTRATADA:

14.2.2.1 Prestar o serviço na forma ajustada;

14.2.2.2 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.2.2.3 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

14.2.2.4 Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados durante a execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a organização da "CIPA", quando for o caso;

14.2.2.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.2.2.6 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

14.2.2.7 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

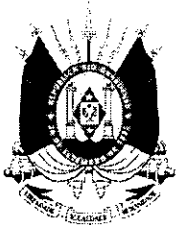
14.2.2.8 Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

14.2.2.9 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

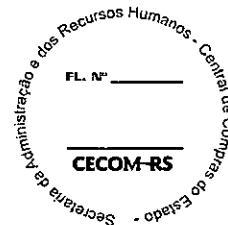
14.2.2.10 Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

14.2.2.11 Entregar ao funcionário os vales-refeição e os vales-transporte até o 1º dia útil do mês em que os mesmos serão utilizados em número suficiente para os dias úteis do mês;

14.2.2.12 A mão de obra especializada, os equipamentos e as ferramentas necessárias à execução dos serviços, bem como o fornecimento de todo material necessário a execução dos serviços serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



14.2.2.13 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

14.2.2.14 Permitir a CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;

14.2.2.15 Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;

14.2.2.16 Fornecer lista com número do documento de identidade de seus empregados alocados para prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia do contrato de trabalho de cada um dos empregados, bem como do respectivo registro do contrato de trabalho no livro de registros na CTPS;

14.2.2.17 Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação rigorosamente atualizada, e mantê-los identificados com crachás para controle de sua permanência nas dependências do local da prestação dos serviços;

14.2.2.18 Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE, utilizando-se da melhor técnica para sua execução;

14.2.2.19 Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade, e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto às tarefas inerentes à execução contratual;

14.2.2.20 Fazer-se representar no local da prestação dos serviços por preposto aceito pela Administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;

14.2.2.21 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias à disciplina do Serviço Público;

14.2.2.22 O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;

14.2.2.23 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;

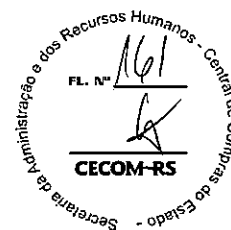
**14.2.2.24 Atender integralmente ao Anexo V – Memorial Descritivo.**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

15.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei federal nº 8.666/93.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



100

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79, Lei federal nº 8.666/93.

16.2 A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

17.1. No caso de infringência aos regramentos deste contrato, uma vez não sendo considerada satisfatória a justificativa apresentada pela CONTRATADA, ser-lhe-ão aplicadas penalidades, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas artigo 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 28 da Lei Estadual nº 13.191, de 30 de junho de 2009, bem como Decreto estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, tudo em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados.

17.1.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;

17.1.2. Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

a) entrega de material fora do prazo estipulado neste edital: 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela até o limite de 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver rescisão contratual;

b) descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente, inexecução parcial, execução imperfeita ou negligência na execução do objeto contratado: 5% (cinco por cento);

c) inexecução total do acordo: 10% (dez por cento);

d) atraso da contratada na retirada do material rejeitado, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação da recusa: 1% (um por cento) do valor do material questionado, por dia de atraso;

17.1.2.1. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

17.1.2.2. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

17.1.3. Suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

a) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

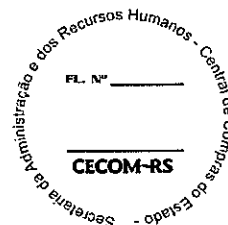
b) falhar ou fraudar na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo;

d) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

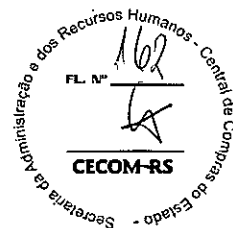
17.1.3.1. A suspensão temporária ensejará a rescisão imediata do contrato pelo Ordenador de Despesas.

17.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, feita pelo Secretário de Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



101

**ANEXO III**

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

Referência Processo nº: .....

Licitação nº: ....., proposta aberta dia .... / .... / .....

**I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

- 1.1) **Tipos de Serviços:** .....  
Jornada diária de .....(.....horas.)  
Escala de serviço: .....  
Total de horas semanal .....(.....horas.)  
Quantidade de postos de serviço .....(.....)  
Número de empregados por posto: .....(.....)

1.2) **Salário Normativo:**

- a) Categoria: .....R\$.  
b) Categoria: .....RS.

**NOTA:** A proposta foi elaborada com base nos salários das categorias contratadas de acordo com os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho homologados em:

- a) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
b) \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**II – MONTANTE A:**

**Valor do Item**

**2.1) - Categoria Profissional:**

2.1.1) Remuneração:

- |                                          |          |           |
|------------------------------------------|----------|-----------|
| a) Salário                               | (.....%) | R\$.....  |
| b) Adicionais sobre o salário            | (.....%) | R\$ ..... |
| - Adicional Noturno                      | (.....%) | R\$ ..... |
| - Adicional periculosidade/insalubridade | (.....%) | R\$ ..... |
| - outros (especificar)                   | (.....%) | R\$ ..... |

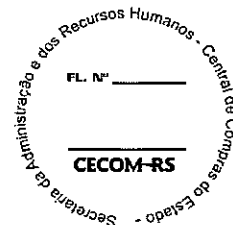
2.1.2) Encargos Sociais incidentes no item (2.1.1):

Grupo A:

- |                                |          |           |
|--------------------------------|----------|-----------|
| - INSS Contribuição da Empresa | (.....%) | R\$ ..... |
| - SESI/SESC                    | (.....%) | R\$ ..... |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



|                                        |          |           |
|----------------------------------------|----------|-----------|
| - SENAI/SENAC                          | (.....%) | R\$ ..... |
| - INCRA                                | (.....%) | R\$ ..... |
| - Salário Educação                     | (.....%) | R\$ ..... |
| - FGTS                                 | (.....%) | R\$ ..... |
| - Seguro acidente do trabalho/SAT/INSS | (.....%) | R\$ ..... |
| - SEBRAE                               | (.....%) | R\$ ..... |

**GRUPO B:**

|                                   |          |           |
|-----------------------------------|----------|-----------|
| - Férias                          | (.....%) | R\$ ..... |
| - Auxílio Doença                  | (.....%) | R\$ ..... |
| - Licença Maternidade/Paternidade | (.....%) | R\$ ..... |
| - Faltas Legais                   | (.....%) | R\$ ..... |
| - Acidente de Trabalho            | (.....%) | R\$ ..... |
| - Aviso Prévio                    | (.....%) | R\$ ..... |
| - Décimo Terceiro Salário         | (.....%) | R\$ ..... |

**GRUPO C:**

|                                      |          |           |
|--------------------------------------|----------|-----------|
| - Aviso Prévio Indenizado            | (.....%) | R\$ ..... |
| - Indenização Adicional              | (.....%) | R\$ ..... |
| - FGTS nas rescisões sem justa causa | (.....%) | R\$ ..... |

**GRUPO D:**

|                                                                              |          |           |
|------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------|
| - Incidência dos encargos do <b>grupo A</b> sobre os itens do <b>grupo B</b> | (.....%) | R\$ ..... |
|------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------|

**2.2) - Categoria Profissional:**

2.2.1) Classificação do Empregado: (p.e.= telefonista)

a) Salário (.....%) R\$ .....

b) Idem item acima (categoria anterior 2.1)... Deve ser repetido o conjunto sempre que houver uma categoria diferente.

R\$ .....

VALOR DO MONTANTE A: (.....%) .....

**NOTA:** A inclusão destes itens na composição da Remuneração R\$ ..... dependerá das peculiaridades do respectivo Acordo, Convenção ou ..... Dissídio Coletivo de Trabalho, e do Posto em questão.

**III – MONTANTE B:**

**Valor do Item**

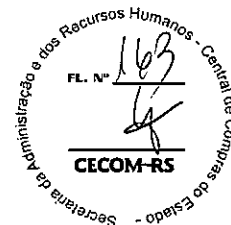
**3.1) Custos de instalação e mobilização:**

|                                                    |           |
|----------------------------------------------------|-----------|
| - Equipamentos de utilização específica (.....%)   | R\$ ..... |
| - Despesas com manutenção de equipamentos (.....%) | R\$ ..... |
| - Treinamento inicial (.....%)                     | R\$ ..... |

**3.2) Despesas Administrativas:**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
PREGÃO ELETRÔNICO



102

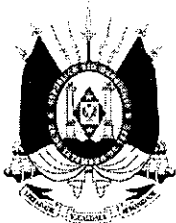
|                                                                     |                  |
|---------------------------------------------------------------------|------------------|
| - Seguro de vida em grupo (.....%)                                  | R\$ .....        |
| - Uniforme (.....%)                                                 | R\$ .....        |
| - Tributos (indicar qual tributo e sua respectiva alíquota) (....%) | R\$ .....        |
| - Depreciações de Instalações e Equipamentos (.....%)               | R\$ .....        |
| - Outras Despesas Administrativas (especificar) (.....%)            | R\$ .....        |
| - Outros (especificar) (.....%)                                     | R\$ .....        |
| - Treinamento reciclagem de pessoal (.....%)                        | R\$ .....        |
| - Lucro (.....%)                                                    | R\$ .....        |
| <b>VALOR DO MONTANTE B:</b> (.....%)                                | <b>R\$ .....</b> |

| IV – MONTANTE C:                     |                  | Valor do Item |
|--------------------------------------|------------------|---------------|
| - Vale alimentação (.....%)          | R\$ .....        |               |
| - Vale-transporte (.....%)           | R\$ .....        |               |
| <b>VALOR DO MONTANTE C:</b> (.....%) | <b>R\$ .....</b> |               |

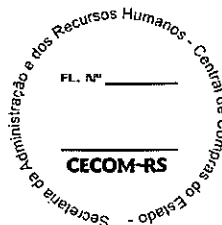
**VALOR TOTAL MENSAL DOS MONTANTES A+B=** R\$ .....

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo da empresa



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº .....e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

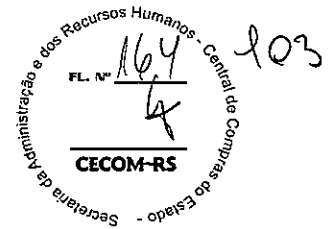
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**ANEXO V- MEMORIAL DESCRITIVO**

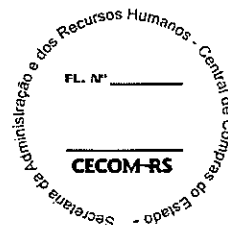
**LOTE 1:** Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Terceirizados de Mão de Obra de Motoristas, habilitados com Carteira Nacional de Habilitação de categoria “D”, para atender um total de cento e cinquenta (150) Postos de Trabalho a serem prestados nas Unidades da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

**EXECUÇÃO:**

1. Conduzir veículos classificados quanto à categoria como oficiais, obedecendo ao artigo 96, inciso III, alínea A, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, de pequeno e médio porte, caminhão, caminhão guincho, ônibus e ambulâncias.
2. Conduzir os veículos da SES dentro da Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado, com direito a perceber diárias da Contratada na forma de adiantamento, para o custeio de alimentação e hospedagem, tendo como base para o cálculo, os valores atribuídos aos servidores públicos do quadro da SES que exerçam a mesma função, conforme estabelecido no Decreto Estadual 24.846/76 e suas alterações posteriores e; perceber horas extras e demais encargos trabalhistas previstos na legislação vigente, a fim de transportar servidores, órgãos humanos para transplante, pacientes em ambulâncias e veículos de carga, inclusive nas dependências dos hospitais.
3. Controlar o funcionamento, a validade dos equipamentos de segurança e o combate a incêndio obrigatório; bem como, a documentação do veículo oficial sob sua responsabilidade, informando a chefia imediata e o servidor responsável da SES sobre qualquer irregularidade.
4. Transportar cargas de materiais leves e pesados, equipamentos de manutenção da SES, medicamentos, vacinas e demais insumos, materiais de laboratório, órgãos humanos para transplante, sangue, materiais com a finalidade de realizar exames, alimentos (em especial a nutrição dos hospitais) e materiais de uso continuado dos hospitais, como roupas, lençóis e toalhas, etc.
5. Zelar pela segurança do veículo, servidores e materiais transportados, durante todo o percurso, bem como, a documentação pertinente.



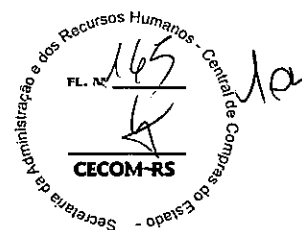
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



6. Guinchar e remover veículos oficiais quando dirigindo caminhão guincho.
7. Realizar inspeções básicas no veículo, conferir cargas e a documentação necessária para a realização do serviço.
8. Informar a chefia imediata e o servidor responsável sobre as necessidades de manutenção detectadas no veículo.
9. Desenvolver as atividades em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança estabelecidos em Lei.
10. Transportar servidores e não servidores desta Secretaria, quando autorizados pelo Diretor/ Delegado e ou Chefia da Divisão responsável pelo veículo destinado ao respectivo serviço.
11. Responsabilizar-se-á pela guarda e segurança dos materiais, ferramentas e equipamentos do veículo oficial sob sua responsabilidade.
12. Realizar serviços em regime de plantão, respeitando a legislação vigente.
13. Prestar os serviços diariamente, mediante carga horária de quarenta (40) horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, havendo a possibilidade de execução de serviços extraordinários, incluindo regime de plantões durante a semana, sábados, domingos e feriados, mediante autorização expressamente assinada e atestada pelo Diretor/ Delegado e ou Chefia da Divisão responsável pelo veículo.
14. Deverão atender em até cinqüenta (50) Postos de Trabalho nas unidades da Secretaria da Saúde do Estado, na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos seguintes locais e endereços:
  - Central CAFF - Avenida Borges de Medeiros, nº 1501, 4º andar;
  - Divisão de Suprimentos e Divisão de Transportes - Rua Marechal Andrea, nº 351;
  - ESP - Escola de Saúde Pública e ETSUS - Avenida Ipiranga, nº 6311 e 6301;
  - Hospital Sanatório Partenon - Avenida Bento Gonçalves, nº 3722 e 2460;
  - Hospital Psiquiátrico São Pedro - Avenida Bento Gonçalves, 2460;
  - Ambulatório de Dermatologia Sanitária - Av. João Pessoa nº 1327;
  - Centro Estadual de Vigilância em Saúde – CEVS - Avenida Domingos Crescêncio, nº 132;



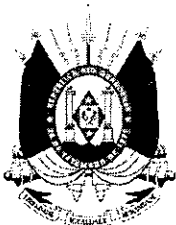
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



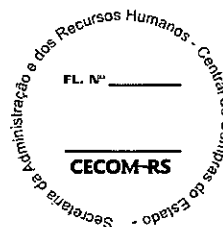
- 1ª Coordenadoria Regional de Saúde – 1ª CRS - Avenida Borges de Medeiros, nº 536 – 1º e 2º andar;
- 2ª Coordenadoria Regional de Saúde – 2ª CRS - Rua dos Andradas, nº 1137 – 6º andar;
- Hospital Colônia Itapuã - Rodovia Frei Pacífico, s/n – Viamão.

15. Deverão atender até cem (100) Postos de Trabalho nas dezessete Coordenadorias Regionais de Saúde no interior do Estado, nos seguintes locais e endereços:

- 3ª Coordenadoria Regional de Saúde - 3ª CRS - Avenida Fernando Osório nº 300 – Centro Pelotas/ RS – mínimo 02 Postos;
- 4ª Coordenadoria Regional de Saúde – 4ª CRS - Rua André Marques, nº 675 - Santa Maria/ RS - mínimo 03 Postos;
- 5ª Coordenadoria Regional de Saúde – 5ª CRS - Avenida Júlio de Castilhos, nº 1215 – Caxias do Sul/ RS - mínimo 03 Postos;
- 6ª Coordenadoria Regional de Saúde – 6ª CRS - Rua Fagundes dos Reis 270 - Passo Fundo/ RS – mínimo 03 Postos;
- 7ª Coordenadoria Regional de Saúde – 7ª CRS - Avenida Marechal Floriano, nº 1172, Bagé/ RS - mínimo 02 Postos;
- 8ª Coordenadoria Regional de Saúde – 8ª CRS - Rua Saldanha Marinho, nº 725, Cachoeira do Sul/ RS - mínimo 02 Postos;
- 9ª Coordenadoria Regional de Saúde – 9ª CRS - Rua Barão do Rio Branco, nº 1445, Cruz Alta/ RS – mínimo 03 Postos;
- 10ª Coordenadoria Regional de Saúde – 10ª CRS - Rua General Sampaio, nº 1679, Alegrete/ RS – mínimo 02 Postos;
- 11ª Coordenadoria Regional de Saúde – 11ª CRS - Rua Passo Fundo, nº 615 – Centro - Erechim/ RS – mínimo 02 Postos;
- 12ª Coordenadoria Regional de Saúde – 12ª CRS - Avenida Brasil, nº 622, Santo Ângelo/ RS – mínimo 02 Postos;
- 13ª Coordenadoria Regional de Saúde – 13ª CRS - Rua Julio de Castilhos, nº 36, Santa Cruz do Sul/ RS – mínimo 02 Postos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



- 14ª Coordenadoria Regional de Saúde – 14ª CRS - Rua Buenos Aires, nº 638, Santa Rosa/ RS – mínimo 04 Postos;
- 15ª Coordenadoria Regional de Saúde – 15ª CRS - Rua General Osório, nº 351, Palmeira das Missões/ RS – mínimo 02 Postos;
- 16ª Coordenadoria Regional de Saúde – 16ª CRS - Rua Saldanha Marinho, nº 428, Lajeado/ RS - mínimo 02 Postos;
- 17ª Coordenadoria Regional de Saúde - 17ª CRS - Rua David José Martins, nº 34, Ijuí/ RS - mínimo 02 Postos;
- 18ª Coordenadoria Regional de Saúde – 18ª CRS - Rua Bento Gonçalves, nº 1036 – 3º andar, Osório/ RS - mínimo 02 Postos;
- 19ª Coordenadoria Regional de Saúde – 19ª CRS – Av.Monsenhor Vitor Batistela, nº 576, Frederico Westphalen/RS - mínimo 02 Postos;

Totalizando cento e cinquenta (150) Postos de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e Coordenadorias Regionais.

**OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

**DA CONTRATADA:**

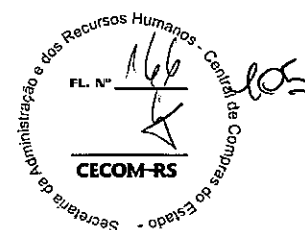
1. A empresa deverá apresentar, por ocasião da habilitação, uma DECLARAÇÃO de que os funcionários disponibilizados para o serviço contratado possuam no mínimo os seguintes requisitos:

- 2º grau completo, qualificação profissional na função, boa fluência verbal, boa dicção, experiência em atendimento ao público e responsabilidade;
- Experiência na função e Carteira de Habilitação tipo D;
- Não possuir multa de trânsito grave, gravíssima, ou duas médias nos últimos 12 meses.
- Cursos especiais para área de trânsito: Condutores de Veículos de Transporte Coletivo

de Passageiros e; Curso para Condutores de Veículos de Emergência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



2. A empresa deverá fornecer três (03) conjuntos de uniformes a cada empregado, conforme descrito abaixo.

- Calça azul escuro em tecido tergal/Oxford ou assemelhada, estilo social, camisa de tecido na cor azul claro, manga comprida e ou de acordo com estação, com punhos, abotoamento frontal, gravata, sapatos e meias na cor preta.
- Crachá identificando o motorista com foto e nome.

3. A empresa deverá fornecer relação dos funcionários disponibilizados para o serviço com respectiva Certidão de Antecedentes e Certidão Negativa Criminal Estadual e Federal.

4. Substituir o empregado, no prazo de vinte e quatro (24) horas da data da notificação, que, a critério da CONTRATANTE, não satisfaça às condições requeridas para a natureza dos serviços contratados, ou que demonstre comportamento inconveniente e incompatível com o ambiente de trabalho e ou no trato com outras pessoas, sendo que, os substitutos, passarão por um período de dois (2) dias de treinamento e avaliação no setor que for designado para exercer suas atividades.

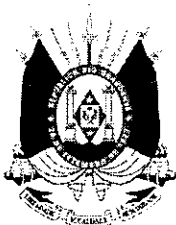
5. Proceder a substituição do empregado que:

- ausentar-se por qualquer motivo do local do serviço, sem justificativa;
- não tiver comparecido ao local de serviço se decorridos mais de trinta minutos do início da jornada de trabalho, sem justificativa.

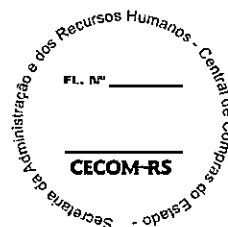
Obs.: Nestes casos, o servidor da SES responsável pela fiscalização dos serviços comunicará à Contratada que deverá repor este funcionário em até duas (02) horas após a comunicação da falta.

6. Pagar salário conforme determina o Dissídio Coletivo de Trabalho, SINECARGA-RS, homologado em 1º de maio de 2011;

7. Pagar as diárias de viagem aos motoristas, tendo como base para o cálculo, os valores atribuídos aos servidores públicos do quadro da SES que exerçam a mesma função, conforme estabelecido no Decreto Estadual 24.846/76 e suas alterações posteriores. Estes valores deverão ser cobrados da SES, mensalmente, mediante apresentação de comprovantes juntamente com a fatura do mês de competência;



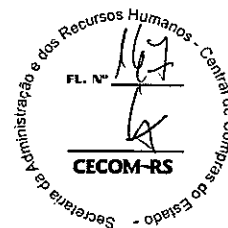
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



8. Responsabilizar-se pelo pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços e, integralmente, por todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas, seguros e todos os que recaírem sobre a presente prestação de serviço;
9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de vale transporte e vale alimentação em número suficiente para os dias úteis do mês, até o primeiro dia útil do mês em que os mesmos serão utilizados, exibindo as respectivas comprovações;
10. Pagar horas extras, bem como, adicionais noturnos dos motoristas, autorizados por esta SES, respeitando a Consolidação das Leis Trabalhistas. Estes valores deverão ser cobrados da Secretaria da Saúde do Estado;
11. Pagar insalubridade em grau médio, a qual deverá ser estipulada pelo Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador, junto à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos.
12. Ressarcir eventuais danos causados por funcionários contratados pela prestadora ao Patrimônio da SES ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços prestados;
13. Responsabilizar-se pela quitação de eventuais multas, decorridas de infrações de trânsito, cometidas pelos funcionários contratados;
14. Aceitar a fiscalização que será designada pela SES, através de servidores, que agirão como fiscais do Contrato, que acompanharão a execução dos serviços, sem eximir a Contratada de sua plena responsabilidade no cumprimento contratual.
15. Designar preposto aceito pela Administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;
16. Cabe ao Departamento Administrativo da SES, quando necessário, remanejar os postos de trabalho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



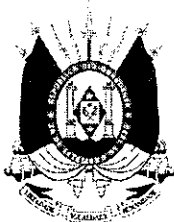
**DA CONTRATANTE:**

1. O critério quanto à quantidade de postos, lotação e remanejamento dos empregados nos endereços das unidades da Secretaria da Saúde do Estado em Porto Alegre, ficará a cargo da Direção do Departamento Administrativo – DA;
2. A quantidade de funcionários das Regionais do Interior, inicialmente prevista, poderá sofrer alterações, desde que não ultrapasse o limite de cem (100) postos, que ficará a cargo da Direção Administrativa a decisão sobre as possíveis alterações.
3. Fiscalizar a execução deste contrato conforme disposto no art. 67, da Lei Federal 8.666/ 93;
4. Instituir e manter um cadastro de todos os empregados que prestarem serviço nas suas dependências, bem como, entrevistar os empregados nos termos do artigo 3º e do § 1º do art. 5º, do Decreto Estadual nº 43.183, de junho de 2004;
5. Fornecer a CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do contrato.

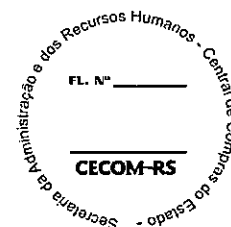
**FISCALIZAÇÃO**

A fiel observância da execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela SES.

**FIM.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
PREGÃO ELETRÔNICO

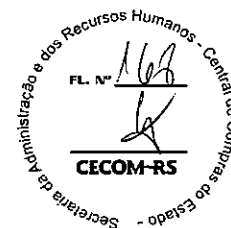


ANEXO VI

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                       | GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL<br>ANEXO II AO DECRETO Nº 36.601, de 10-04-96. |                                                           | J IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO<br>NÚMERO _____ FOLHA _____ |                       |
| ANÁLISE CONTÁBIL DA CAPACIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE – ACF                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL OU CARTA-CONVITE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| CÓDIGO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | NOME DO LICITADOR                     |                                                                                       |                                                           | NÚMERO                                                  | MODALIDADE            |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                       |                                                                                       |                                                           | DATA                                                    |                       |
| B IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| CNPJ                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                       | ATIVIDADE PRINCIPAL                                                                   |                                                           | CHAE                                                    | SE                    |
| FIRMA/RAZÃO SOCIAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                       |                                                                                       |                                                           | CNPJ                                                    | CGC/TE                |
| ENDEREÇO (rua, avenida, praça etc.)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                       |                                                                                       |                                                           | NÚMERO                                                  | CEP                   |
| NOME DO REPRESENTANTE LEGAL                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                       |                                                                                       |                                                           | TELEFONE                                                |                       |
| BALANÇO APRESENTADO PERÍODO:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                       | DATA DO BALANÇO ANUAL                                                                 |                                                           | Nº LIVRO DIÁRIO                                         | Nº DO RJC             |
| C IDENTIFICAÇÃO DO CONTABILISTA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| NOME:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                       | CP                                                                                    | Nº DO REGISTRO NO CRC                                     | TELEFONE                                                |                       |
| ENDEREÇO (rua, avenida, praça etc.)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                       | NÚMERO                                                                                | CEP                                                       |                                                         |                       |
| D IDENTIFICAÇÃO DA AUDITORIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| NOME:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         | Nº DO REGISTRO NO CRC |
| E BALANÇO PATRIMONIAL REESTRUTURADO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| CONTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                       | Em R\$ Mil                                                                            | F DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA DO LICITANTE         |                                                         |                       |
| 1                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | ATIVO CIRCULANTE AJUSTADO (ACA)       |                                                                                       | ÍNDICE                                                    | VALOR                                                   | NOTA                  |
| 2                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PASSIVO CIRCULANTE (PC)               |                                                                                       | 1                                                         | LIQUIDEZ CORRENTE                                       |                       |
| 3                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | ACA - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO        |                                                                                       | 2                                                         | LIQUIDEZ GERAL                                          |                       |
| 4                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PC - PASSIVO A LONGO PRAZO            |                                                                                       | 3                                                         | GRAU DE IMOBILIZAÇÃO                                    |                       |
| 5                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | ATIVO PERMANENTE                      |                                                                                       | 4                                                         | ENOVAMENTO DE CURTO PRAZO                               |                       |
| 6                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO           |                                                                                       | 5                                                         | ENOVAMENTO GERAL                                        |                       |
| 7                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PASSIVO CIRCULANTE                    |                                                                                       | NFR NOTA FINAL DA CAPACIDADE E FINANCEIRA RELATIVA = Σ NP |                                                         |                       |
| 8                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO           |                                                                                       | G RESULTADO DA ANÁLISE                                    |                                                         |                       |
| 9                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | PC - PASSIVO A LONGO PRAZO            |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| 10                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO           |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| 11                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | DESPESAS ANTECIPADAS                  |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| 12                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS      |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| 13                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO          |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| 14                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO                    |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| 15                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | COMETÊNCIA (vide instruções no verso) |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| H IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| NOME:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                       |                                                                                       |                                                           | MATRÍCULA                                               |                       |
| I DECLARAÇÃO E ASSINATURAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| O representante legal da empresa licitante e o contabilista declaram, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste formulário são a expressão da verdade, bem como autorizam o licitador, por si ou por outrem e a qualquer tempo, examinar os livros e os documentos relativos à escrituração contábil, para confrontação dos dados aqui demonstrados. |                                       |                                                                                       |                                                           |                                                         |                       |
| LICITANTE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                       | CONTABILISTA                                                                          |                                                           | LICITADOR                                               |                       |
| DATA:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                       | DATA:                                                                                 |                                                           | DATA:                                                   |                       |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



ANEXO VII – TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC).

**Ministério Público do Trabalho**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**  
**(PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO – PI – Nº 622/2004)**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, representado, neste ato, pelo Procuradores do Trabalho Alexandre Corrêa da Cruz e Gilson Luiz Laydner de Azevedo, e o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, representado, neste ato, pela Procuradora-Geral do Estado, Dra. Helena Maria Silva Coelho.

**Considerando** que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente, pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária com a Administração Pública, por estatuto próprio.

**Considerando** que a CLT, no artigo 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da legislação trabalhista.

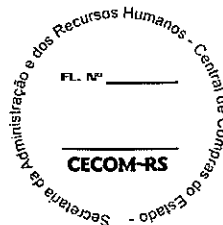
**Considerando** que as sociedades cooperativas, segundo dispõe o artigo 4º da Lei 5.764, de 16.12.1971, *"são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados"*.

**Considerando** que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária (artigo 86 da Lei 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada.

**Considerando** que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade e que a prática do *marchandage* é vedada pelo artigo 3º da CLT e repelida pela jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (Súmula nº 331).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**Ministério Público do Trabalho**

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

Considerando que os "cooperados" trabalham, por intermédio de cooperativas de mão-de-obra, em benefício do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em situação fática idêntica à dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontrando-se, no entanto, à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente aquelas destinadas a tutelar a segurança e a higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (artigo 5º, *caput*, e artigo 1º, incisos III e IV, da Constituição da República).

Considerando que, no processo de terceirização, o tomador dos serviços (na hipótese, o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL) tem responsabilidade subsidiária por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos da Súmula nº 331, item IV, do TST, responsabilidade esta passível de gerar prejuízos ao erário, caso constatada a mera intermediação de mão-de-obra patrocinada pelas cooperativas contratadas, com a incidência da regra do artigo 9º da CLT.

Considerando o teor da "Recomendação Para a Promoção das Cooperativas", aprovada na 90ª Sessão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em junho de 2002, ao recomendar aos Estados a implementação de políticas no sentido de:

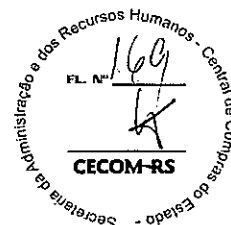
***"8.1.b. Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas ao não-cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores, velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."***

Considerando, como precedente, o Termo de Conciliação Judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a União Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 1082/2002, ajuizada, pelo *Parquet*, perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, ajuste por intermédio do qual a União, em síntese, comprometeu-se a não mais contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra, quando o labor, por sua própria natureza, demandar trabalho subordinado em relação ao tomador ou em relação ao fornecedor dos serviços.

Considerando, por fim, a decisão, com caráter normativo, aplicável a toda a Administração Pública Federal, dos Exmos. Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), em Sessão Plenária, nos autos de representação formulada pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Ceará contra a Concorrência nº 41/2002 (Acórdão 1815-47/03-P), resultando na determinação à Caixa Econômica Federal para que, nos futuros editais de licitação, seja previamente definida a forma como os serviços serão prestados e *"se, pela natureza da atividade ou pelo modo como é"*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
PREGÃO ELETRÔNICO



108

Ministério Público do Trabalho  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

225

*usualmente executada no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem assim de personalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados" e "se houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o tomador de serviços, bem assim de personalidade e habitualidade, a terceirização será ilícita, tornando-se imperativa a realização de concurso público, ainda que não se trate de atividade-fim da contratante" (tal decisão analisou, de forma incidental, a eficácia do Termo de Conciliação Judicial supracitado).*

Resolvem celebrar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme segue:

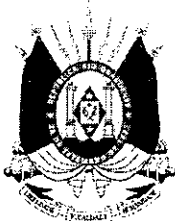
**Cláusula 1ª** – O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL se absterá de contratar e manter trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra para a prestação dos serviços abaixo arrolados, ligados às suas atividades-fim ou às atividades-meio, quando o labor, por sua própria natureza ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, demandar subordinação jurídica, pessoalidade e não-eventualidade, quer em relação ao tomador, quer em relação ao fornecedor dos serviços:

- a) serviços de limpeza;
- b) serviços de conservação;
- c) serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) serviços de recepção;
- e) serviços de copeiragem;
- f) serviços de reprografia;
- g) serviços de telefonia;
- h) serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) serviços de auxiliar de escritório;
- k) serviços de auxiliar administrativo;
- l) serviços de office boy (contínuo);
- m) serviços de digitação;
- n) serviços de assessoria de imprensa e relações públicas;
- o) serviços de motorista;
- p) serviços de ascensorista;
- q) serviços ligados à área da saúde;
- r) serviços de arquitetura e engenharia.

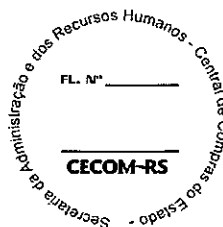
§ 1º – O disposto nesta cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

§ 2º – A relação do *caput* poderá ser acrescida, conforme eventual necessidade de adaptação do compromisso assumido, a partir de deliberação conjunta dos signatários.

**Cláusula 2ª** – Considera-se cooperativa de mão-de-obra aquela associação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**Ministério Público do Trabalho**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

224

que não disponha de qualquer meio de produção e cuja atividade precípua seja a intermediação, a terceiros, de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo, neste caso, vínculo de solidariedade entre os cooperados), ocorrendo a prestação de serviços de forma individual (e não, coletiva).

**Claúsula 3ª** - O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL se obriga a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de explicitar a natureza dos serviços licitados, determinando se tais serviços podem ser realizados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

§ 1º - É lícita a contratação de sociedades cooperativas desde que os serviços licitados sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação a dirigentes, sócios ou prepostos das cooperativas, seja em relação ao tomador de serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem informando o nome de todos os associados. Observe-se que tão-somente os serviços podem ser terceirizados, restando vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores por cooperativas de qualquer natureza.

§ 2º - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Claúsula 1ª deverão fazer expressa menção ao presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, se possível com a transcrição na íntegra ou sob a forma de Anexo.

§ 3º - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo tal condição requisito obrigatório à assinatura do respectivo contrato.

**Claúsula 4ª** - O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente TAC.

**Claúsula 5ª** - Os contratos em vigor, entre o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e cooperativas de mão-de-obra, contrários ao presente Termo, não serão renovados ou prorrogados.

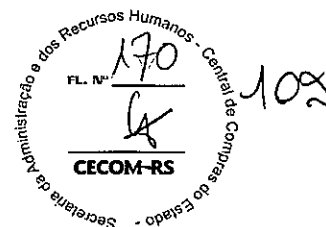
**Parágrafo único** - Excepcionalmente, para ensejar a realização de procedimento licitatório, admite-se uma única prorrogação, por até 180 (cento e oitenta) dias, para os contratos que tiverem seu vencimento até um ano após a assinatura do presente TAC.

**Claúsula 6ª** - Este TAC tem eficácia de título executivo extrajudicial, ensejando a execução, caso descumprido, perante a Justiça do Trabalho, observados os termos do artigo 876 da CLT e do artigo 645 do CPC.

§ 1º - O Ministério Público do Trabalho, diretamente ou por meio da Delegacia Regional do Trabalho, velará pela fiel observância dos compromissos assumidos pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, notificando a



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**  
**Central de Compras do Estado – CECOM/RS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**



**Ministério Público do Trabalho**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO**

Procuradoria-Geral do Estado sobre eventual inadimplemento e adoção das medidas pertinentes.

§ 2º – Em caso de notícia de descumprimento do TAC firmado, o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, após intimado, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

Porto Alegre, 11 de outubro de 2006.

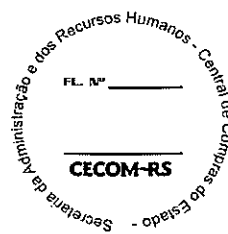
**HELENA MARIA SILVA COELHO**  
Procuradora-Geral do Estado do Rio Grande do Sul

**ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ**  
Procurador do Trabalho

**GILSON LUIZ LAYDNER DE AZEVEDO**  
Procurador do Trabalho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos  
Central de Compras do Estado – CECOM/RS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 085542-20.00/11-4  
PREGÃO ELETRÔNICO



**Ministério Público do Trabalho**

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 4ª REGIÃO

PP 001160.2004.04.000/4

**ATA DE AUDIÊNCIA**

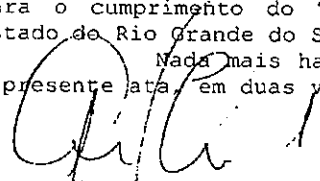
Às 14 horas e 30 minutos do dia 11 de maio de 2011, na sede do Ministério Público do Trabalho da 4ª Região, perante a Coordenadoria de Primeiro Grau de Jurisdição, em audiência presidida pelo Procurador do Trabalho Dr. Philippe Gomes Jardim, compareceram a Dra. Georgine Simões Visentini, Procuradora do Estado, OAB/RS 35.275, e a Dra. Anastazia Nicolini Cordella, Procuradora do Estado, OAB/RS 27.848, representantes do Estado do Rio Grande do Sul.

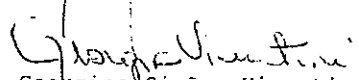
A presente audiência é realizada a partir da solicitação da PGE em face da nova redação do Inciso I, do Art. 3º, da Lei 8666/93. Pelo Procurador do Trabalho foi afirmado que o entendimento deste órgão é de que a alteração legislativa não pode permitir a possibilidade de intermediação de mão de obra por cooperativas em desrespeito às regras da CLT e da Constituição. Assim, em nada afronta os termos do Termo de Ajuste de Conduta firmado nos presentes autos na medida em que é lícito às cooperativas participarem dos processos licitatórios, desde que os serviços sejam de natureza coletiva e com absoluta autonomia dos cooperados, conforme já disposto no Parágrafo I, da Cláusula 3ª do Termo de Ajuste de Conduta.

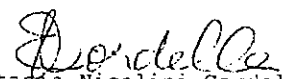
Com relação ao ofício de Folha 521, a PGE informa que não recebeu, e compromete-se a apresentar, no prazo de 60 dias, relação atualizada de cooperativas com contrato em vigor com o Estado do Rio Grande do Sul, considerando todas as suas secretarias estaduais, órgãos da administração direta e da administração indireta que tenham realizado licitação pela CECOM (Central de Compras do Estado, departamento da Secretaria da Administração) com a identificação completa das partes, objetos dos contratos e prazos de vigência, acompanhada das cópias dos respectivos contratos.

Com relação aos processos licitatórios que envolvem os órgãos da administração indireta, a PGE se compromete a orientá-los para o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Estado do Rio Grande do Sul, inclusive divulgando cópia do mesmo.

Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e lavrada a presente ata, em duas vias de igual teor e forma.

  
Philippe Gomes Jardim  
Procurador do Trabalho

  
Georgine Simões Visentini  
Procuradora do Estado

  
Anastazia Nicolini Cordella  
Procuradora do Estado

  
Daniel Eckert  
Estagiária de Administração